

A presidência checa: menos “glamour”, mais continuidade

A primeira presidência checa da União Europeia coincide com uma época turbulenta. O Mundo está a sofrer o impacto de uma grave crise financeira e na Europa, tanto a Irlanda como a República Checa, têm, por razões distintas, recusado ratificar o Tratado de Lisboa. Uma vez que o chefe de Estado checo é um euro céptico, as expectativas para a presidência do país não poderiam ser mais reduzidas. Para além disso, o facto de a República Checa ser um país pequeno e governado por um executivo de minoria toma ainda mais provável que a nova presidência não consiga igualar o ritmo da presidência francesa. A presidência francesa, que, não obstante, forneceu uma boa base para que os checos trabalhem durante dos próximos seis meses.

França teve uma presidência largamente bem sucedida. Para além de realizações nas áreas de política externa e de mudanças cli-

máticas, o presidente Sarkozy conseguiu dar um novo “élan” à política europeia e colocar a Europa, de novo, no palco político internacional. Nos últimos seis meses, a Europa falou com uma única voz, embora com uma pronúncia indiscutivelmente francesa.

Em Outubro, a rápida sucessão de eventos apanhou o Mundo desprevenido e implicou que, muito rapidamente, se tivesse que garantir a sustentabilidade da indústria bancária europeia e criado um pacote de medidas de estímulo económico. Semanas depois, em Novembro, foi acordada uma moldura comum para os vários pacotes de estímulo económicos lançados pelos governos nacionais. O acordo rápido no seio comunitário deve-se, sobretudo, à liderança francesa.

Mas nem tudo são boas notícias. Apesar de ter havido uma renovação política na Europa, não sucedeu o mesmo a nível institucional. A necessidade que a França teve

em assumir o papel principal minou muitas vezes o trabalho da Comissão. Esta atitude também se manifestou nas repetidas tentativas, ainda que falhadas, para influenciar a política monetária do Banco Central Europeu.

Agora é a vez de a República Checa entrar em acção. De forma confiante, o país definiu três prioridades para a sua presidência: Economia, Energia e Relações Externas. Destas, a primeira será, sem dúvida, a dominante. O que se pode assumir, para já, é que o Governo checo deverá rejeitar uma política económica “à francesa”, uma vez que o país, e as suas elites, já tiveram a sua dose de dirigismo estatal e à qual puseram termo há praticamente vinte anos.

Desde essa altura, o forte investimento estrangeiro impulsionou a produtividade e o rendimento per capita do país. Nos últimos anos o conjunto da economia registou

um crescimento real médio de 5% ao ano, combinado com uma baixa taxa de inflação e de desemprego. Para além disso, o défice orçamental permaneceu baixo, bem como a dívida pública (menos de 30% do PIB). Sendo um país pequeno e com uma economia aberta, a República Checa é uma defensora do mercado livre, algo que referiu muitas vezes antes de chegar à presidência da UE.

A noção checa de uma Europa sem barreiras, pró-alargamento e que defende as quatro liberdades fundamentais (livre movimento de mercadorias, serviços, pessoas e de capitais) surge no momento certo, já que tanto o livre movimento de mercadorias como de capitais, estão sob crescente ameaça no seguimento da crise económica e financeira que tem abalado o Mundo. O grande desafio da nova presidência vai mesmo ser a forma como vai conseguir liderar com estas questões.